

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG Nº 009/2015
DO TIPO: TÉCNICA E PREÇO**

PROCESSO Nº 6272/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PROJETOS E ENGENHARIA PARA ESTUDOS, LAUDOS, DESENVOLVIMENTO DE PROJETO BÁSICO, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SELETIVO LESTE - OESTE, COM TERMINAIS E ESTAÇÃO HIDROVIÁRIA BARCAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PROGRAMA DE TRABALHO: 2068.04.122.2049.2091

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00

FONTE DE RECURSOS: 08

DATA DA ABERTURA: 19/10/2015

HORÁRIO: 14:00 HORAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMSG Nº 009/2015

1 - PREÂMBULO

1.1 – O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que fará realizar licitação na modalidade “CONCORRÊNCIA PÚBLICA”, do tipo TÉCNICA e PREÇO, visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PROJETOS E ENGENHARIA PARA ESTUDOS, LAUDOS, DESENVOLVIMENTO DE PROJETO BÁSICO, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SELETIVO LESTE - OESTE, COM TERMINAIS E ESTAÇÃO HIDROVIÁRIA BARCAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ.

TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO, tudo de acordo com o que determinam a Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Federal 8.666/93), de 21.06.1993, as normas legais e regulamentares municipais e as cláusulas e condições deste ato convocatório.

- 1.2 – Às 14:00 hs do dia 19 de outubro de 2015, a Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo, RJ, receberá os envelopes contendo a Documentação e as Propostas das empresas interessadas em participar desta Licitação. A abertura dos envelopes contendo a documentação das licitantes, terá início às 14:00hs (dez horas), do mesmo dia.
- 1.3 – Os interessados poderão obter cópia do presente Edital, bem como informações e esclarecimentos complementares, junto à Comissão Permanente de Licitação, na Rua Feliciano Sodré, nº100, Centro – São Gonçalo, entre 9:00h e 16:30h, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a abertura dos envelopes. Informações também poderão ser obtidas através do telefone (021) 2199-6442.
- 1.4 – Reserva-se ao Município de São Gonçalo o direito de revogar no todo ou em parte a presente licitação, visando o interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamações ou indenizações por estes fatos, conforme Art.49, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 1.5 - Integram o presente Edital, independentemente de transcrição:
 - 1.5.1 – PROPOSTA DE PREÇOS – (Anexo I);
 - 1.5.2 – TERMO DE REFERÊNCIA – (Anexo II);
 - 1.5.3 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA– (Anexo III);
 - 1.5.4– CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO – (Anexo IV);
 - 1.5.5– DECLARAÇÃO NÃO EMPREGAR MENOR – (Anexo V);
 - 1.5.6 - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA - (Anexo VI);
 - 1.5.7– MINUTA DO CONTRATO – (Anexo VII).
 - 1.5.8-. DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO -(Anexo VIII)
- 1.6 – Na reunião de que trata o item 1.2, após o julgamento da habilitação, será decidida, se for o caso, a data e hora para abertura das propostas técnicas e de preços.
- 1.7 - A Concorrência Pública a que se refere o presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamações ou indenizações por estes fatos, conforme Art.49 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 1.8 – A execução contratual será realizada na forma indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço global.

2 – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto do presente processo licitatório a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PROJETOS E ENGENHARIA PARA ESTUDOS, LAUDOS, DESENVOLVIMENTO DE PROJETO BÁSICO, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SELETIVO LESTE - OESTE, COM TERMINAIS E ESTAÇÃO HIDROVIÁRIA BARCAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ.**

Com fornecimento de instalações, mão-de-obra e equipamentos, conforme especificações e quantitativos constantes do Formulário Padronizado de Proposta de Preços (Anexo I).

3 - DO VALOR

3.1 – O preço global (Vr), estimado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, para a execução do objeto desta licitação é **R\$ 6.167.047,28 (Seis milhões cento e sessenta e sete mil quarenta e sete reais e vinte oito centavos).**

3.1.1 - Neste valor estão incluídos todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas e os benefícios da empresa, assim como os encargos sociais e trabalhistas;

3.1.2 - Serão desclassificadas propostas com valor global superior ao valor determinado, constante do “caput” desta cláusula, ou, consideradas inexecutáveis nos termos do Art.47, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93;

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - O certame terá suas despesas atendidas por conta do Programa de Trabalho 2068.04.122.2049.2091 - Código de Despesa 3.3.90.39.00 e Fonte: 08, no valor máximo previsto de **R\$ 6.167.047,28 (Seis milhões cento e sessenta e sete mil quarenta e sete reais e vinte oito centavos).**

5 - DO CONTRATO

5.1– O contrato decorrente da presente licitação ficará subordinado às normas da Lei Federal n.º 8.666/93, e vinculado ao presente Edital.

5.2 – Publicada a homologação e a adjudicação do objeto licitado, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo convocará por Ofício a licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias.

- 5.3 – O adjudicatário, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art.81, da Lei Federal n.º 8.666/93, deverá assinar o instrumento em até 2 (dois) dias, a contar do recebimento do referido Ofício de convocação.
- 5.4 – É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no Art.81 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 5.5 – Fazem parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 5.6 – O valor a ser atribuído ao Contrato será aquele resultante da proposta vencedora.
- 5.7 – Atendida a conveniência administrativa fica a licitante vencedora obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões que o Contratante entender necessário, conforme §1º, Art.65, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 5.8 – A licitante vencedora se obrigará a manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

6 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 – Ao Contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:
- a) - Advertência;
 - b) - Multa estipulada conforme a fórmula definida abaixo, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais, previstas no Art.87 da Lei 8.666/93, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
$$M = V / T.N$$

Onde:

 - M = valor da multa;
 - V = valor correspondente à parcela de serviço em atraso;
 - T = prazo concedido para a execução referente à parcela referida;
 - N = número de dias corridos em atraso.
 - c) - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - d) - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

- 6.2 - A multa prevista no item 6.1, não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.
- 6.3 – As sanções previstas no item 6.1 admitem a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da penalidade de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas do processo.

7 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1 – Poderão participar da presente Licitação empresas regularmente estabelecidas no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam relacionados ao objeto da presente Licitação e que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que tenham adquirido os documentos da licitação.
- 7.2 – Não poderá participar da presente Licitação:
- a) – Empresa que esteja suspensa do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento e aquela declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, de acordo com o previsto no inc.IV, do Art.87 c/c o Art.88, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores atualizações, e que não tenha sua idoneidade restabelecida até a data de apresentação da proposta;
 - b) – Empresa que se encontre em processo de concordata ou falência;
 - c) - Pessoa física ou jurídica que estiver enquadrada no que couber, ao disposto no Art.9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
 - d) - Empresa que esteja inadimplente com o Município de São Gonçalo em decorrência do não pagamento de multa contratual anterior, na forma do inciso II, do Art.87 da LF 8.666/93;
 - e) - Empresa em processo de falência ou recuperação judicial;
 - f) - Empresa que represente mais de um licitante;
 - g) - Cooperativas;
 - h) - Pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação como subcontratado de outro licitante;
 - i) – Empresa que apresente retificação ou alteração de qualquer natureza nos textos ou documentos que integram este Edital ou, ainda, refira-se a objeto diferente do solicitado;
- 7.3 – Não será permitida a participação de empresas em consórcio.
- 7.4 – É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.
- 7.5 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

- 7.6 – A participação nesta Licitação importa ao proponente a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, se excetuando as impugnações efetuadas na forma do §2º, do Art.41 da LF 8.666/93.
- 7.6.1 – A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;
- 7.6.2 – Somente poderá se manifestar em nome do licitante, a pessoa por ela credenciada;
- 7.6.3 - Será permitida nesta licitação a participação de um representante por empresa, devidamente credenciado, através de instrumento, público ou particular, com firma reconhecida, com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome do licitante e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, sendo que o referido instrumento deverá estar acompanhado do original ou fotocópia autenticada do contrato social ou estatuto da sociedade, afim de que seja verificada a legitimidade do Outorgante;
- 7.6.4 - Em sendo representada por sócio, proprietário ou assemelhado, deverá ser apresentado original ou fotocópia autenticada do contrato social ou estatuto da sociedade, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 7.6.5 - Na ausência de representação expressa, a empresa não será inabilitada, mas não poderá haver manifesto de qualquer espécie ou natureza nas sessões da licitação;
- 7.6.6 - A empresa deverá apresentar um único CNPJ, não podendo filial ou subsidiária substituir matriz, quando esta for o licitante e vice-versa.
- 7.7 – O proponente arcará com todos os custos diretos e indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.
- 7.8 - Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionário ou empregado público do Município de São Gonçalo.
- 7.9 – As empresas licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e respectivos Anexos, das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação de sua proposta, ou do integral cumprimento do Contrato, não sendo aceitas reivindicações ou alegações posteriores.

8 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 8.1 – No horário, data e local estabelecidos nos itens 1.1 e 1.2 deste Edital, os licitantes apresentarão 3 (três) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente “A”, “B” e “C”, constando

obrigatoriamente da parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO

CONCORRENCIA PMSG Nº 009/2015

DATA DA ABERTURA: 19/10.2015

HORÁRIO: 14:00HORAS

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE:

ENVELOPE “B” – PROPOSTA TÉCNICA

CONCORRENCIA PMSG Nº 009/2015

DATA DA ABERTURA: 19/10.2015

HORÁRIO: 14:00HORAS

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE:

ENVELOPE “C” – PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRENCIA PMSG Nº 009/2015

DATA DA ABERTURA: 19/10.2015

HORÁRIO: 14:00HORAS

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE:

8.1.1 - Todos os volumes deverão ser apresentados em formato A4, em 01 (uma) via, com encadernação tipo livro ou espiral, com todas as folhas rubricadas e numeradas, em ordem sequencial e crescente, apresentando ao final um termo de encerramento, declarando obrigatoriamente, a quantidade de folhas que os compõe e assinadas pelo representante, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, o nome do licitante, o número do Edital, o objeto da licitação;

8.1.2 - Não serão aceitas DOCUMENTAÇÕES, PROPOSTAS TÉCNICAS E PROPOSTAS DE PREÇOS enviadas por via postal ou outro meio eletrônico.

9 – DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

9.1 – No ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO deverão ser apresentados os documentos a seguir discriminados, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por funcionário qualificado da Comissão Especial de Licitações, mediante apresentação de originais para confronto, dentro dos seus respectivos prazos de validade:

9.2 – Relativos à Habilitação Jurídica.

9.2.1 – Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de

Sociedade Comerciais, e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3 – Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Civil, acompanhado de prova da composição da Diretoria em exercício;

9.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.3.1 - Prova de inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos e à Dívida Ativa da União.

9.3.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa da Dívida Ativa.

9.3.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débito e da Certidão Negativa da Dívida Ativa.

9.3.5.1 – Para as empresas sediadas no Município de São Gonçalo, deverão apresentar Certidão de Situação Fiscal.

9.3.7 - Certidão de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3.8 – Certidão Negativa de Débitos (CND) ou positiva com efeito de negativa relativa à Seguridade Social.

9.3.9 – Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT)

9.4 - Relativos à Qualificação Técnica

9.4.1 – Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA da circunscrição da sede da empresa licitante, de conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 5.194/66 e Resolução CREA nº. 266/79.

9.4.2 – Prova de comprovação de aptidão da licitante (empresa) para desempenho de atividades pertinente e compatível com o objeto da licitação de acordo com item 2.2 deste Edital (parcelas de maior relevância técnica), em forma de atestados ou certidões, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados e acompanhados de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA. Os atestados encontram-se citados no caderno de especificações de serviços devendo serem atendidos na íntegra.

9.4.3– Prova de possuir na data da licitação, sócio no contrato social, no seu quadro técnico permanente ou sob Contrato de Prestação de Serviços sem vínculo trabalhista e regido pela Legislação Civil comum, profissional de nível superior detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, em forma de atestados ou certidões, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, contendo as seguintes parcelas de maior relevância:

a) *Estudos de Desenho Operacional de Corredores de Transporte;*

b) *Desenvolvimento de estudos de demanda de transporte, contemplando formulação de modelos com apoio de softwares especializados*

c) *Elaboração de projetos funcionais de engenharia de corredores urbanos de transporte coletivo com pelo menos 20km de extensão.*

d) *Estudos de Transporte Não Motorizado e/ou Projetos Ciclo viários*

e) *Elaboração de projetos básicos ou executivos de engenharia de corredores urbanos de transporte coletivo, que contemplem terraplenagem, pavimentação, drenagem, geometria, estações de passageiros e sistemas inteligentes de transportes envolvendo o controle operacional, sinalização e comunicação com pelo menos 20km de extensão.*

9.5 - Qualificação Econômica – Financeira

9.5.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

9.1.4.1.1 - Entenda-se por “na forma da lei” o seguinte:

Quando S.A. - balanço patrimonial devidamente registrado (Art.289, caput, e §5o da Lei Federal n.º 6.404/76), publicado em Diário Oficial;

Quanto outra forma societária - balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (Art.5o, §2o do DL 486/69), autenticado pelo órgão competente do registro do comércio, e assinado pelos representantes legais e por contador registrado no Conselho de Contabilidade;

9.5.2 - Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física. Os licitantes sediados em outros Municípios ou em outros Estados da Federação deverão apresentar juntamente com as certidões negativas exigidas Certidão da Corregedoria do Estado da sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordatas. As certidões deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação.

9.5.3 – Será considerado qualificado econômico e financeiramente o licitante que apresentar Índices de Liquidez Geral (ILG) e Grau de Endividamento Geral (GEG), devidamente calculados em folha anexa ao Balanço e Demonstrações, assinada pelo contador responsável pela empresa. O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou maior que 1,50 (um vírgula cinquenta), obtido pelo quociente entre a soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo, pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo. O Grau de Endividamento Geral deverá ser igual ou menor que 0,80 (zero vírgula oitenta), obtido pelo cociente entre a soma do Passivo Circulante, mais o Exigível a Longo Prazo, sobre o Patrimônio Líquido, representado pelo capital social integralizado, mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos prejuízos e, mais o resultado de exercícios futuros, menos o ativo diferido.

$\text{I.L.G.} = \frac{\text{A.C.} + \text{R.L.P.}}{\text{P.C.} + \text{E.L.P.}}$	$\text{G.E.G.} = \frac{\text{P.C.} + \text{E.L.P.}}{\text{P.L.}}$
Onde:	
I.L.G. = Índice de Liquidez Geral	P.C. = Passivo Circulante
G.E.G. = Grau de Endividamento Geral	E.L.P. = Exigível a Longo Prazo
A.C. = Ativo Circulante	P.L. = Patrimônio Líquido
R.L.P. = Realizável a Longo	

Prazo	
-------	--

9.5.4 - Comprovação de possuir patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o objeto desta licitação. Esta comprovação deverá ser feita com documento que demonstre o arquivamento do ato correspondente na Junta Comercial ou R.C.P.J., admitida a atualização na forma do Art.31, do §3o, da LF 8.666/93.

9.5.5 – Cópia do recibo firmado pela Tesouraria da Prefeitura, comprovando o recolhimento pela licitante da Prestação de Garantia de Proposta, em quaisquer modalidades previstas no Art.56 e seus parágrafos, da Lei Federal 8.666/93, equivalente a 1% (um por cento) do valor do objeto constante no item 3 deste Edital, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a realização deste certame. A validade da garantia será de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura indicada no subitem 1.2 do Preâmbulo.

9.5.6 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral fornecido pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo – RJ, válido na data da abertura desta Licitação, substitui os documentos enumerados nos itens 9.2.1 e 9.2.2, exclusive aqueles de que tratam os subitens 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5 9.3.6 e 9.3.7, obrigando o licitante a apresentar o restante da documentação prevista nos itens 9.4.1; 9.4.2; 9.4.3; 9.4.4; 9.4.5;9.4.6; 9.4.7 e 9.4.7.1.

9.6 – Do ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO deverá constar ainda “Declaração” expressa, assinada pelo legítimo representante da empresa licitante, na forma do modelo Anexo V, constante no Edital, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII, do Art.7o da Constituição Federal, no inciso V, do Art.27 da LF 8.666/93, na LF 9.854/99 e no Dec. 4.358/02, relativos à utilização de mão-de-obra Infantil.

10 – DO ENVELOPE DE PROPOSTA TÉCNICA

10.1 – Na data e horário fixados nos termos do subitem 1.2, desde que NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE RECURSOS NA FASE DE HABILITAÇÃO OU HAVENDO E JÁ TEREM SIDO JULGADOS, ocorrerá a abertura do ENVELOPE “B” – PROPOSTA TÉCNICA, cujo conteúdo será objeto de apreciação por todos os interessados (Comissão e licitantes) que rubricarão, ainda, as respectivas folhas e de tudo lavrando-se Ata.

10.1.1 - Somente serão abertos os envelopes “Proposta Técnica” das empresas previamente habilitadas pela Comissão, ficando os relativos às propostas técnicas e comerciais das empresas inabilitadas à disposição destes proponentes para serem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão inutilizados, sem quaisquer formalidades.

10.2 – A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada em 1 (uma) via, datilografada ou digitada, em linguagem clara e objetiva, sem erros,

rasuras ou entrelinhas, com todas as folhas rubricadas pelo representante legal do proponente ou procurador especialmente constituído, devendo atender as exigências relacionadas neste Edital e sua elaboração deverá apresentar a seguinte disposição:

- *Dissertação objetiva, precisa e abrangente que permita avaliar o grau de conhecimento da proponente sobre o trabalho a ser executado, abordando os seguintes itens:*

- *Conhecimento das características do serviço de transporte coletivo e do sistema de transporte não motorizado da Cidade de São Gonçalo;*
- *Conhecimento das características da Rede de transporte de massa que esta sendo proposta;*
- *Conhecimento na implantação de um sistema de transportes tronco alimentado, destacando as integrações com outros modais.*

O texto a ser apresentado deverá possuir uma quantidade máxima de 30 páginas em formato ABNT A4, sendo admitidos formatos A3 para desenhos e figuras em geral, as quais serão contadas como duas folhas A4.

- *Dissertação objetiva, precisa e abrangente que permita avaliar a forma como a proponente se propõe a realizar as atividades previstas, abordando os seguintes itens:*

- *Metodologia de execução dos trabalhos;*
- *Plano de trabalho, com o planejamento das atividades a serem realizadas;*
- *Descrição dos produtos a serem gerados no desenvolvimento das atividades;*
- *Organização dos recursos humanos e materiais que serão alocados para o desenvolvimento das atividades;*
- *Prazo, duração e cronograma dos trabalhos, com a devida articulação e encadeamento das atividades.*

O texto a ser apresentado não possui limitação de quantidade de páginas, devendo, entretanto ser observada a apresentação no formato ABNT A4, sendo admitidos formatos A3 para desenhos e figuras em geral.

- *Relação de profissionais da equipe técnica proposta e coletânea de documentos de cada um, reunindo currículo e atestados.*

A relação de profissionais requerida é a seguinte:

- *Nível de coordenação:*
- *Coordenador Geral do Projeto;*

- *Coordenador Setorial na Avaliação Econômica e Financeira de corredores de transporte;*

- *Consultores:*

- *Consultor em estudos de planejamento de transporte urbano e desenho operacional de corredores*

- *Consultor em Infra-estrutura de Transportes em corredores de transporte urbano*

- *Consultor Especialista em Transporte Não Motorizado*

- *Documentação de comprovação da experiência da empresa.*

Deverão ser apresentados os documentos (atestados técnicos devidamente certificados pelo CREA, por meio de CAT) que comprovem a realização de estudos e projetos pela empresa proponente que contemplem o rol de experiências elencadas a seguir.

- *Estudos de Desenho Operacional de Corredores de Transporte;*
- *Desenvolvimento de estudos de demanda de transporte, contemplando formulação de modelos com apoio de softwares especializados;*
- *Elaboração de projetos funcionais de engenharia de corredores urbanos de transporte coletivo com pelo menos 20km de extensão.*
- *Estudos de Transporte Não Motorizado e/ou Projetos Ciclo viários*
- *Elaboração de projetos básicos ou executivos de engenharia de corredores urbanos de transporte coletivo, que contemplem terraplenagem, pavimentação, drenagem, geometria, estações de passageiros e sistemas inteligentes de transportes envolvendo o controle operacional, sinalização e comunicação com pelo menos 20km de extensão.*

Avaliação e julgamento das propostas técnicas

As Propostas Técnicas serão avaliadas e julgadas mediante a atribuição de notas para cada tópico avaliado conforme indicado a seguir, totalizando no máximo 100 (cem) pontos:

- *Conhecimento da proponente sobre o trabalho a ser executado: 30 (trinta) pontos;*
- *Forma como a proponente se propõe a realizar as atividades previstas: 25 (vinte e cinco) pontos;*
- *Experiência da equipe técnica: 30 (trinta) pontos;*
- *Experiência da empresa: 15 (quinze) pontos.*

As propostas que não obtiverem um mínimo de 75 pontos no conjunto ou que obtenham nota 0 (zero) em qualquer um dos quatro itens acima serão desclassificadas.

- **Avaliação do conhecimento da proponente sobre o trabalho a ser executado**

A avaliação do conhecimento da proponente sobre o trabalho a ser executado dar-se-á pela atribuição da pontuação para cada um dos itens conforme destacado a seguir, considerando o grau de qualidade da exposição.

Item	Excelente	Bom	Regular	Insatisfatório
Conhecimento das características do serviço de transporte coletivo e do sistema de transporte não motorizado da Cidade de São Gonçalo	10,0	7,0	4,0	0
Conhecimento das características da Rede de transporte de massa que esta sendo proposta	10,0	7,0	4,0	0
Conhecimento na implantação de um sistema de transportes tronco alimentado, destacando as integrações com outros modais	10,0	7,0	4,0	0

O enquadramento dos textos nos conceitos excelente, bom, regular ou insatisfatório observará os seguintes aspectos:

- Excelente: texto que mais que atende o exigido, demonstrando que o proponente possui um amplo e detido conhecimento do tema, apresentando informações, análises sobre os problemas e observações úteis para o projeto em seu todo;
- Bom: texto que atende o exigido, apresentando considerações sobre os problemas, porém expostas de forma mais superficial;
- Regular: texto que se limita a apresentar o exigido, sem apresentação de conceitos e análises;
- Insatisfatório: texto que não atende ao exigido total ou parcialmente e ou que apresente informações erradas.

- **Avaliação da forma como a proponente se propõe a realizar as atividades previstas**

A avaliação da forma como a proponente se propõe a realizar as atividades previstas dar-se-á pela atribuição da pontuação para cada um dos itens conforme destacado a seguir, considerando o grau de qualidade da exposição.

Item	Excelente	Bom	Regular	Insatisfatório
<i>Metodologia de execução dos trabalhos</i>	8,0	6,0	4,0	0
<i>Plano de trabalho</i>	8,0	6,0	4,0	0
<i>Descrição dos produtos</i>	3,0	2,0	1,5	0
<i>Organização dos recursos humanos e materiais</i>	3,0	2,0	1,5	0
<i>Prazo, duração e cronograma dos trabalhos</i>	3,0	2,0	1,5	0

O enquadramento dos textos nos conceitos excelente, bom, regular ou insatisfatório observará os seguintes aspectos:

- Excelente: exposição detalhada, coerente com o Edital e com o conhecimento sobre os problemas apresentado pelo proponente;
- Bom: texto que atende o exigido no Edital, coerente com o Edital e com a exposição do conhecimento sobre os problemas apresentado pelo proponente, porém apresentado sem maiores detalhes;
- Regular: texto que atende o exigido no Edital e coerente com o Edital;
- Insatisfatório: texto que não atende ao exigido total ou parcialmente e ou que apresente informações erradas.

- **Avaliação da equipe técnica**

A avaliação da experiência da equipe técnica considerará os currículos, o tempo de formado e os atestados técnicos certificados pelo CREA. Apresentados para cada profissional que será objeto de avaliação, os quais serão conferidos os pontos da tabela abaixo.

- *Coordenador Geral do Projeto: Engenheiro Civil, com experiência em coordenação de estudos ou projetos de sistemas de transportes tipo BRS ou BRT;*
- *Coordenador Setorial de Avaliação Econômica e Financeira: Engenheiro Civil ou afim com experiência em estudos de avaliação econômica e financeira de projetos de transporte em corredores de transporte coletivo;*
- *Consultor Especialista de Estudos de Planejamento de Transporte Urbano e Desenho Operacional: Engenheiro Civil com experiência em estudos de demanda de projetos de transporte e desenho operacional de corredores;*
- *Consultor Especialista em Infra-estrutura de Transportes em corredores urbanos de transporte coletivo : Engenheiro Civil com experiência em projetos funcionais e projetos básicos de engenharia de Sistemas de Transporte de corredores urbanos de transporte coletivo;*
- *Consultor Especialista em Transporte Não Motorizado: Engenheiro com experiência em estudos de transporte não motorizados e/ou projetos cicloviários*

Para os dois coordenadores solicitados para compor a equipe chave, não será admissível contrato de prestação de serviços em regime temporário ou por empreitada como prova satisfatória de vínculo do profissional com a empresa.

A proponente deverá apresentar profissionais distintos para cada um dos itens acima elencados (i) a ii).

No caso dos consultores especializados solicitados, poderá ser apresentado contrato de prestação de serviços em regime temporário ou por empreitada como prova satisfatória de vínculo do profissional com a empresa.

*A **Experiência da Equipe Técnica** será pontuada por meio da análise dos atestados, devidamente certificados pelo CREA. Adotando-se o somatório de notas atribuídas ao Coordenador Geral e aos Coordenadores Setoriais e consultores especializados, com a apresentação de currículo, prova de formatura e atestados técnicos comprobatórios da experiência de cada um dos profissionais. Serão atribuídos até 30 (trinta) pontos mediante a avaliação dos seguintes tópicos:*

Coordenador Geral do Projeto: 10 pontos

Formação:

Graduação	0,5 ponto
Com Mestrado	1 ponto

Tempo de formado:

Mais de 25 anos	2 pontos
De 15 a 25 anos	1 ponto

Experiência Profissional:

Atestados	Nota Máxima
<i>Estudos de Desenho Operacional de Corredores de Transporte Coletivo</i>	1 ponto para até 2 atestado 2 pontos para 3 ou mais atestados Máximo de Pontos: 2 pontos
<i>Desenvolvimento de estudos de demanda de transporte, contemplando formulação de modelos com apoio de softwares especializados</i>	1 ponto para 1 atestado Máximo de Pontos: 1 ponto
<i>Elaboração de projetos básicos ou executivos de engenharia de corredores urbanos de transporte coletivo, que contemplem terraplenagem, pavimentação, drenagem, geometria, estações de passageiros e sistemas inteligentes de transportes envolvendo o controle operacional, sinalização e comunicação com pelo menos 20km de extensão.</i>	1 ponto para 1 atestado 2 pontos para 2 atestados Máximo de Pontos: 2 pontos
<i>Estudos de Transporte Não Motorizado e/ou Projetos Básicos ou Executivos de Ciclovias</i>	1 ponto para 1 atestados 2 pontos para 2 atestados Máximo de Pontos: 2 pontos

Coordenador Setorial de Avaliação Econômica e Financeira: 05 pontos**Formação:**

Graduação	0,5 ponto
Com Mestrado	1 ponto

Tempo de formado:

Mais de 20 anos	2 pontos
De 15 a 20 anos	1 ponto

Experiência Profissional:

<i>Atestados</i>	<i>Nota Máxima</i>
<i>Estudos de Avaliação Econômica-Financeira de projetos de transporte em corredores de transporte coletivo</i>	1 ponto até 2 atestados 2 pontos para 3 atestados Máximo de Pontos: 2 pontos

Consultor especialista de Estudos de Planejamento de Transporte Urbano e Desenho Operacional de Corredores: 05 pontos

Formação:

Graduação	0,5 ponto
Com Mestrado	1 ponto

Tempo de formado:

Mais de 20 anos	2 pontos
De 15 a 20 anos	1 ponto

Experiência Profissional:

<i>Atestados</i>	<i>Nota Máxima</i>
<i>Estudos relacionados a modelos de demanda de sistemas de transporte urbano e desenho operacional de corredores</i>	1 ponto para 1 atestados 2 pontos para 2 atestados Máximo de Pontos: 2 pontos

Consultor Especialista em Infra-estrutura de Transportes em corredores de transporte : 05 pontos

Formação:

Graduação	1 ponto
-----------	---------

Tempo de formado:

Mais de 20 anos	2 pontos
De 15 a 20 anos	1 ponto

Experiência Profissional:

<i>Atestados</i>	<i>Nota Máxima</i>
-------------------------	---------------------------

<i>Projetos funcionais ou projetos básicos de engenharia de Sistemas de Transporte de corredores urbanos de transporte coletivo</i>	1 ponto para 1 atestados 2 pontos para 2 atestados Máximo de Pontos: 2 pontos
---	---

Consultor Especialista em Transporte Não Motorizado: 05 pontos

Formação:

Graduação	1 ponto
-----------	---------

Tempo de formado:

Mais de 15 anos	2 pontos
De 10 a 15 anos	1 ponto

Experiência Profissional:

<i>Atestados</i>	<i>Nota Máxima</i>
<i>Estudos de Transporte Não Motorizado e/ou Projetos Básicos ou Executivos de Ciclovias</i>	1 ponto para 1 atestados 2 pontos para 2 atestados Máximo de Pontos: 2 pontos

Avaliação da experiência da proponente

A avaliação da experiência da proponente considerará os atestados técnicos certificados pelo CREA (por meio de CAT) por ela apresentados, aos quais serão conferidos os pontos da tabela.

<i>Atestados da Empresa</i>	<i>Nota Máxima</i>
<i>Estudos de Desenho Operacional de Corredores de Transporte</i>	1 ponto para até 2 atestados 4 pontos para 3 ou mais atestados Máximo de Pontos: 4 pontos
<i>Desenvolvimento de estudos de demanda de transporte, contemplando formulação de modelos com apoio de softwares especializados</i>	1 ponto para 1 atestados 2 pontos para 2 atestados

	<i>Máximo de Pontos: 2 pontos</i>
<i>Estudos de Avaliação Econômica - Financeiro para corredores urbanos para ônibus de transporte coletivo</i>	<i>1 ponto para até 2 atestados</i> <i>4 pontos para 3 ou mais atestados</i> <i>Máximo de Pontos: 4 pontos</i>
<i>Elaboração de projetos básicos ou executivos de engenharia de corredores urbanos de transporte coletivo, que contemplem terraplenagem, pavimentação, drenagem, geometria, estações de passageiros e sistemas inteligentes de transportes envolvendo o controle operacional, sinalização e comunicação com pelo menos 20km de extensão.</i>	<i>1 ponto para 1 atestados</i> <i>3 pontos para 2 ou mais atestados</i> <i>Máximo de Pontos: 3 pontos</i>
<i>Estudos de Transporte Não Motorizado e/ou Projetos Básicos ou Executivos de Ciclovias</i>	<i>1 ponto para 1 atestados</i> <i>2 pontos para 2 atestados</i> <i>Máximo de Pontos: 2 pontos</i>

10.3 - O descumprimento por parte da empresa licitante de quaisquer dos subitens acima, implicará a desclassificação da mesma em todos os ITENS em que estiver participando nesta Licitação.

10.4 - Seguir-se-á por ato interno da Comissão Permanente de Licitação, o exame e avaliação das “Propostas Técnicas”, para proceder à classificação, conforme estabelecido no item 12 deste Edital.

11 – DO ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇO

11.1 – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gonçalo fornecerá a cada licitante, juntamente com o presente Edital, Formulário Padronizado de “Proposta de Preços”, em 2 (duas) vias, que o licitante preencherá por meio mecânico ou informatizado, e apresentará em 1(uma) via, no envelope próprio do qual deverá constar:

- a) - Nome completo da empresa proponente;
- b) - Endereço;

- c) - Prazo de validade da proposta, não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- d) - Prazo de execução: 07 (sete) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses em conformidade com o Art.57, inciso II, da LF 8.666/93;
- e) - C.N.P.J. da empresa proponente;
- f) - Inscrição Estadual da empresa proponente;
- g) - Preços unitários e totais, para cada item cotado, incluindo todos os impostos, taxas, fretes, seguros e demais custos, e expressos na moeda corrente nacional;
- h) –Data e assinatura do representante legal da empresa.

11.2 – Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

11.3 – Não será levada em consideração a proposta que contiver emenda, ressalva ou entrelinhas, ou aquela elaborada em outro qualquer formulário que não o fornecido pela Comissão Especial de Licitação.

11.4 – Para elaboração das Propostas de Preços, por meio informatizado, deverá a licitante apresentar mídia magnética (CD's) à Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, para obtenção dos dados necessários, inclusive daqueles inerentes às partes integrantes do Edital.

11.5 – Deverão ser computados nos preços todos os tributos incidentes sobre os materiais e/ou serviços a serem executados, bem como o custo dos transportes, correndo tais operações única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa licitante vencedora.

12 – DO JULGAMENTO

12.1 – A presente licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

12.2 – No local, dia e hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os envelopes “A”, “B” e “C”, apresentados na forma anteriormente definida, em 8.1. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto deverão estar munidos da sua carteira de identidade e da carta de credenciamento firmada pelo representante legal da empresa contendo outorga de poderes específicos para todos os atos da licitação, inclusive para a desistência de recursos.

12.3 – Nessa mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes de todos os

licitantes presentes e abertos os envelopes “A”, podendo a documentação deles constantes ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Nesta fase, para facilitar o processo de análise dos documentos da habilitação, poderá ser nomeada Comissão de Licitantes.

12.4 – Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

12.5 – Os envelopes “B” e “C” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, que os rubricará, juntamente com os representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes.

12.6 – Da Sessão de recebimento e da abertura dos envelopes “A” será lavrada Ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Serão habilitados os licitantes que atenderem integralmente as condições previstas neste Edital.

12.7 – Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “B”, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa a habilitação. Caberá a Comissão Permanente de Licitação decidir pela continuação imediata ou pela remarcação de novo dia, hora e local para a abertura dos envelopes “B”. Os licitantes inabilitados, desde que renunciem ao direito de recorrer, receberão em devolução os envelopes “B” e “C”, fechados.

12.8 - As Propostas Técnicas das empresas licitantes, serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s).

12.9 - Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, quando será atribuída pela Comissão Permanente de Licitação a "Nota da Proposta Técnica" (NPT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme critérios de julgamento apresentados a seguir:

Quesitos	Nota Máxima (Pontos)
----------	----------------------------

Conhecimento do Trabalho	30
Plano de Execução do Trabalho	25
Experiência da Equipe Técnica	30
Experiência da Empresa	15
Nota Máxima	100

12.10 -. Não será considerada a proposta técnica que obtiver uma Nota da Proposta Técnica (NPT) inferior a setenta (75) pontos no conjunto ou que obtenham nota 0 (zero) em qualquer dos quatro itens acima serão desclassificadas.

12.11 – A análise, exame e julgamento dos quesitos Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho levará em conta a consistência, a coerência e a compatibilidade de seus conteúdos, observando-se sempre o disposto neste Edital e seus Anexos.

12.13 - Após a atribuição da Nota Técnica, será calculado um Índice Técnico (IT), para cada Proposta Técnica, mediante a aplicação da fórmula a seguir, com duas casas decimais.

12.14 - Cálculos do Índice Técnico (IT).

Para cada proposta será calculado o Índice Técnico (IT), apurado a partir da Nota Técnica da Proposta (NTP), de acordo com a fórmula abaixo:

$$IT = (NTP / MNTp) \cdot 100$$

Onde:

IT = Índice Técnico da Proposta;

NTP = Nota Técnica da Proposta;

MNTp= Maior Nota Técnica de Proposta (NT) obtida entre todas as propostas classificadas para esta fase.

12.15 – Por ato interno da Comissão Permanente de Licitação, será elaborado relatório circunstanciado contendo os fundamentos das eventuais desclassificações e indicação dos índices técnicos obtidos pelas empresas.

12.16 - A Comissão Permanente de Licitação informará o resultado da avaliação das Propostas Técnicas, bem como o dia, hora e local da abertura dos envelopes “C”, das propostas de preços, com a indicação dos nomes das empresas classificadas e das desclassificadas, abrindo-se o prazo legal para recursos administrativos.

12.17 – No dia, hora e local marcado para o julgamento das propostas de preços e decorrido o prazo sem interposição de recurso, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por parte de todos os licitantes ou, após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de preços dos licitantes habilitados.

12.18 – Uma vez abertos os envelopes “C” serão as propostas tidas como imutáveis, não sendo admitidos quaisquer adendos tendentes a sanar falhas ou omissões e não mais podendo ser devolvidas.

12.19 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, as disposições deste Edital, aquelas cujos preços excedam o valor global estimado para a execução do objeto desta licitação estipulado no item 3.1 deste Edital, ou ainda, as que forem consideradas manifestamente inexecutáveis, conforme estabelecido no inciso II, e a nova redação dada aos §§ 1º e 2º do Art.48 da LF 8.666/93, assim consideradas as propostas cujos valores sejam inferiores a 70 % (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50 % (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou,
- b) Valor global orçado pela Administração.

12.20 - Para as Propostas de Preços dos Licitantes que não tenham sido considerados desclassificados, será calculado um Índice de Preço (IP) para cada Proposta, calculado de acordo com a fórmula a seguir, com duas casas decimais.

12.21 - O cálculo do Índice de Preço (IP), de cada proposta, será efetuado de acordo com a fórmula abaixo:

$$IP = \{80 + [20 \cdot (Vr - Pp) / Vr] \},$$

Onde:

IP = Nota atribuída à Proposta de Preço de cada licitante;

Vr= Valor de Referência, conforme consta do item 3.1;

Pp= Preço da Proposta em exame.

12.22 - As notas devem ser arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR- 5891-ABNT: Regras de Arredondamento da Numeração Decimal.

12.23 - As dúvidas que surgirem durante as sessões serão resolvidas pela Comissão de Licitações, na presença dos licitantes, ou relegadas para ulterior deliberação, a juízo do Presidente, devendo o fato constar em ata, em ambos os casos.

12.24 - Quando todas as propostas forem consideradas desclassificadas, o Município de São Gonçalo, poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, que não incorram nas falhas que motivaram tal desclassificação.

12.25 - A Comissão de Licitação lavrará ata circunstanciada da reunião da abertura dos respectivos envelopes que será assinada por todos os presentes.

12.26 - A proposta de preços apresentada e vencedora da licitação terá sua validade pelo período de 60 dias, a partir da data de sua entrega.

12.27 – Em relação ao JULGAMENTO FINAL, será calculada uma NOTA FINAL (NF) de cada proposta, atribuindo-se peso ao índice relativo à técnica (IT) e ao índice de preço (IP), de acordo com o seguinte:

PIT = Peso do Índice Técnico - 80%

PIP = Peso do Índice de Preços - 20%

12.28 - Atribuído os pesos será calculado a Nota Final (NF), para cada proposta, mediante a fórmula a seguir.

$$NF = (PIT \times IT) + (PIP \times IP)$$

Onde:

NF = Valor da Nota Final;

PIT = Peso do Índice Técnico;

IT = Índice Técnico;

PIP = Peso do Índice de Preço;

IP = Índice de Preço.

12.29 - Após o cálculo da NOTA FINAL (NF), as propostas serão ordenadas em ordem decrescente, sendo considerado vencedor o Licitante cuja proposta esteja colocada em primeiro lugar, assim considerada como sendo aquela que tenha obtido a Maior Nota Final.

12.30 - Ocorrendo empate da Nota Final (NF), o desempate será decidido por sorteio, em ato público, para o qual serão convocados todos os Licitantes.

12.31 - É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possam, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

12.32 - Não se considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, inclusive, financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

- 12.33 - Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 12.34 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não mais cabe desclassificação por motivo relacionado à capacidade jurídica, técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 12.35 – O julgamento das propostas e classificação final das mesmas será objeto de Ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes ou pela Comissão de Licitantes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.
- 12.36 - É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta, conforme §3º, Art. 43 da LF 8.666/93.
- 12.37 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fatos supervenientes e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 12.38 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.
- 12.39 – Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.
- 12.40 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- 12.41 - Serão também desclassificadas as propostas que não estiverem assinadas pelo representante legal ou autorizado.

13 – DO REAJUSTAMENTO

- 13.1 – Os preços a serem contratados permanecerão fixos e irrevogáveis.

14 - DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1 – Os serviços objeto do Contrato serão fiscalizados por servidor do Município, formalmente designado, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos

na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos serviços, inclusive quanto à recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados.

14.2 – A licitante vencedora se comprometerá a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

14.3 - A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e, particularmente à qualidade dos serviços contratados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas às disposições a elas relativas.

15 – DO PAGAMENTO

15.1 – O pagamento será efetuado no trigésimo dia, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

15.2 – Nos termos do que dispõe a alínea “d”, inciso XIV, do Art.40 da LF 8.666/93, ficará estabelecido, contratualmente, o seguinte critério de compensação financeira:

- a) - Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuíveis à Contratada, o débito será autorizado de acordo com a IGP-M “pro rata die” entre a data prevista para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento. A penalização para o caso estabelecido será de 1% (um por cento) sobre o valor faturado;
- b) - Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada concederá à Contratante um desconto, a título de compensação financeira, calculado de acordo com a IGP-M “pro rata die”, contados a partir do dia seguinte do efetivo pagamento até a data prevista para o mesmo.

15.3 – As medições dos serviços serão efetuadas mensalmente, tendo por base os serviços efetivamente realizados, de conformidade com o Cronograma de Desembolso Máximo Financeiro.

15.4 – Considerando o disposto no art.31 da lei federal 8.212 de 24/07/91, com redação dada pela lei federal 9.711 de 20/11/98 será obrigação da contratada emitir nota fiscal, com a respectiva guia de previdência social (GPS), até 15 dias do mês subsequente ao da prestação de serviços, com os comprovantes discriminados do termo de contrato.

16 – DOS RECURSOS E REPRESENTAÇÃO

- 16.1 – Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação, caberá recurso por parte dos participantes desta Licitação, nos termos do Art.109, da LF 8.666/93.
- 16.2 – O recurso a que se refere este item deverá ser interposto à Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados na forma da Lei, devendo o mesmo ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.
- 16.2.1 - Para todos os efeitos jurídicos, as decisões proferidas pela Comissão, serão havidas como publicadas e notificadas às licitantes, com o simples assentamento em Ata, se presentes todos os prepostos das licitantes no ato em que adotada a decisão. Caso contrário às notificações ocorrerá através de publicação no Jornal “O São Gonçalo”, Órgão de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.
- 16.3 – Os recursos recebidos nas fases de habilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivo. Os demais recursos interpostos serão recebidos sem efeito suspensivo, facultada à autoridade competente atribuir-lhes eficácia suspensiva.
- 16.4 – A interposição de recursos protelatórios e as impugnações ao Edital por pessoas físicas ou jurídicas que visem tumultuar e/ou retardar o processo licitatório, incidirá nas penalidades contidas no Art.93 da LF 8.666/93, com consequente responsabilidade civil e criminal que o ato ensejar.
- 16.5 – Os recursos interpostos fora dos prazos legais, bem como aqueles protocolados em local distinto do indicado, não serão conhecidos.

17 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 17.1 – Executado o Contrato no todo ou em partes, o seu objeto será recebido:
- a) - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita do Contratado; e
 - b) - Definitivamente, por Comissão composta por 3 (três) membros, formalmente designada para este fim, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Termo de Aceitação Provisória, e desde que comprovado a adequação do objeto aos termos contratados.
- 17.2 – O recebimento provisório e/ou definitivo do objeto da presente licitação não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional a eles relativos, pela perfeita execução do Contrato.

18 - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

- 18.1 – No ato da assinatura do Contrato e para garantia do total cumprimento de suas obrigações, a licitante vencedora deverá prestar garantia de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, cabendo

ao Contratado optar por uma das modalidades de garantia alinhadas no Art.56 e seus parágrafos, da Lei Federal 8.666/93.

18.1.1 – Pela inexecução parcial ou total do contrato, a Contratada se sujeita a perda da garantia apresentada, a título de multa nos termos do Art.87 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

18.2 - As cauções em dinheiro, cheque ou em títulos eficazes da dívida pública deverão ser depositados diretamente na Tesouraria da Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, e nas modalidades seguro garantia ou fiança bancária, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, todas no ato da assinatura do Contrato.

18.3 – O Município de São Gonçalo se reserva ao direito de alienar o valor caucionado, no todo ou em parte, sempre que dele tiver que descontar qualquer importância. No caso de rescisão administrativa, por culpa da contratada, a caução reverterá integralmente aos cofres da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

18.4 - A garantia a que se refere o item 18.1 deverá, no prazo de 8 (oito) dias, ser complementada e revalidada quando se tratar de fiança bancária ou toda vez que dela for descontada qualquer importância devida ao Município de São Gonçalo.

18.5 - A garantia será liberada ou restituída após a conclusão ou aceitação definitiva das obras e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

19 - DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 – É vedado à adjudicatária contratada subcontratar ou transferir o Contrato sem prévia e escrita autorização do CONTRATANTE.

19.2 – Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita da CONTRATANTE, será nula de plano direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das penas legais e contratuais cabíveis.

19.3 – Em caso de cessão, subcontratação ou transferência autorizada, a adjudicatária contratada permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação a CONTRATANTE como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições de Contrato.

20 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

20.1 – O Contrato a ser celebrado, vigorará pelo prazo de 07(sete) meses contados a partir da Ordem de Início a ser expedida pela SEMPPE podendo ser prorrogado consoante Art.57, inciso I, da Lei Federal 8.666/93.

20.2 – O prazo previsto no item acima poderá ser revisto nas hipóteses e forma a que alude o inc. I, do Art.57 da Lei Federal 8.666/93.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 – A adjudicatária contratada será a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda pela proteção destes e da instalação do escritório de sua representação.

21.2 – Todos os serviços contratados deverão obedecer às Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e no caso de inexistência destas, ficará a cargo da FISCALIZAÇÃO a indicação de normas ou especificações a serem cumpridas pelos fornecedores de materiais e equipamentos.

22 - DOS CASOS OMISSOS

22.1 - Aplicam-se a este Edital as disposições da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, incorporando as suas alterações posteriores.

22.2 – Observadas as disposições legais, fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previstos neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione direta ou indiretamente com a prestação dos serviços.

São Gonçalo, 02 de setembro de 2015

Márcia Leal da Cunha de Oliveira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

OBS.: TENDO EM VISTA A GRANDE QUANTIDADE E TAMANHO DOS ARQUIVOS ANEXOS QUE COMPÕEM ESTE EDITAL, OS MESMOS ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA RETIRADA NA SUBSECRETARIA DE COMPRAS E SUPRIMENTOS, SITUADA À RUA DOUTOR FELICIANO SODRÉ, 100 – CENTRO SÃO GONÇALO/RJ, NO HORÁRIO DE 09:00h ÀS 16:30h. MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS ATRAVÉS DOS TELEFONES: (21) 2199-6342 / 2199-6362.